

PERCIVAL DE SOUZA

Entrevistadores: Carla Siqueira e Caio Barretto Briso

Data da entrevista: 25/09/2008

Qual o seu nome completo, data e local de nascimento?

Meu nome é Percival Alves de Souza, eu tenho 64 anos e nasci em Braúna, no interior de São Paulo

Quais eram os nomes e as atividades de seus pais?

Meu pai era o que se chamava, antigamente, de guarda livros, o contador de hoje. Minha mãe era do lar, como se dizia antigamente.

Havia algum envolvimento da sua família com o jornalismo?

A única coisa que aconteceu na minha vida foi a influência muito forte do meu pai. A gente morava em fazenda, eu passei a minha infância em fazendas de café no interior de São Paulo. Meu pai gostava muito de literatura, lia muito e tinha uma biblioteca apreciável; lugares assim, inimagináveis. E sempre orientou os filhos a gostar de ler. Eu ganhava livros de presente; livros que acompanharam todas as minhas faixas etárias, então isso marcou muito. Quando a gente veio para a capital, coisas que as famílias pobres do interior fazem para melhorar um pouco de vida, eu fui trabalhar na antiga *Folha da Manhã*, hoje *Folha de S. Paulo*. Eram três jornais: *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*. Eu era contínuo da redação. Ali eu conheci grandes figuras. Então se juntaram o gosto pela literatura que meu pai me inspirou e a convivência com algumas figuras que talvez vocês vão entender melhor que eu: José Hamilton Ribeiro, Woile Guimarães, Sérgio de Souza, Ulysses Alves de Souza, Murilo Felisberto, Neil Ferreira. Eu nasci dentro de uma rotativa.

Como acontece sua passagem de contínuo a repórter?

Essa transição, ela aconteceu com vários momentos. Aconteceu uma coisa na redação da *Folha* quando eu era contínuo – que a *Folha* tinha um jornal mural. Existe até hoje, chama *O Boato*. E eu, contínuo, fiz um jornal interno na redação e acabei asfixiando *O Boato*. Era um jornal de um exemplar só, que eu escrevia e tinha as notícias da redação, furos sobre coisas da redação. Boas fontes, bons desenhistas, porque eu me dei ao luxo de ter como desenhista, por exemplo, o Murilo Felisberto; então tinha segredos da redação: “Vai cair o chefe da reportagem!”; “A *Folha* vai contratar o repórter fulano”, enfim, as reações, inclusive, da direção do jornal – porque tinha uma reunião diária com todos os editores – e eu tinha informantes lá dentro. Então o meu jornal era muito disputado, era muito lido e muito bem informado. E isso marcou muito. Eu, na verdade, sonhava com a primeira chance na *Folha*. Não tive e fui direto para a revista *Quatro Rodas* pelas mãos do José Hamilton Ribeiro, então dirigida por Mino Carta. Então começou a minha vida profissional.

Quando você chega na Quatro Rodas, o que você faz lá?

Eu escrevia sobre peças, acessórios e, naturalmente, automobilismo em geral. Eu não entendia nada disso, mas sem maiores constrangimentos... – Porque o Mino Carta não dirigia. Acho que ele não dirige até hoje. Ele não gosta nem de volante e nem de teclado de computador. Mas aquilo foi muito importante. Eu era muito jovem e já estar na Editora Abril era muito importante. Mas eu percebi que precisava adquirir experiência como repórter, que eu não tinha. E fiz uma coisa depois de algum tempo que seria considerado hoje uma loucura, mas fiz muito conscientemente. Aconteceu que, naqueles anos 60, por alguma circunstância ou pelas teias do destino, o jornal *Notícias Populares*, que era um jornal muito popular; ele tinha uma redação impecável. Para você ter uma noção, o secretário de redação era o Narciso Kalili. Tava lá o Sérgio de Souza, o Sérgio Brandão, o Celso Itiberê e eu quis aprender com essas pessoas e não hesitei. Eu fui para o *Notícias Populares* fazer geral. Hoje é muito estranho eu contar isso. Eu trabalhei no *Notícias Populares* fazendo geral. De fato aquilo foi muito importante para o meu início de aprimoramento como repórter.

Como era o Notícias Populares?

O *Notícias Populares* era uma redação muito heterogênea e tinha um padrão de jornalismo, definido pelo diretor, o Jean Mellé – que tinha vindo da *Última Hora* do Samuel Wainer e cobria de maneira bem popular assuntos que são vitais. Por exemplo: Polícia, claro, mas também, esportes; também uma certa variedade; um embrião de uma variedades popular; tinha economia popularizada; tinha a parte

sindical; a parte estudantil. Era um jornal popular, porém muito completo e, digo mais, muito bem feito. Ele tinha um padrão de cobertura muito bom. Aliás, foi exatamente por isso que eu quis trabalhar neste jornal, mas era um jornal interessante. E o diretor, o Jean Mellé, que falava o português com certa dificuldade; e a gente se divertia. Então, às vezes, se alguém tomava umas bebidas a mais ele chamava de "Pingagisto" que seria um neologismo para quem toma cachaça, e assim por diante. Vagabondo; Pingagisto; ou em determinado crime Gangster; mas uma percepção de, por exemplo, de primeira página, incrível. Eu me lembro que teve um episódio na Assembléia Legislativa, que aliás era perto do *Notícias Populares* naquela época e houve uma grande briga, em plenário, com os deputados. A manchete planejada pelo secretário seria "Rififi na Assembléia" – Rififi, aliás, é um nome de um filme que fez muito sucesso e de alguma maneira era símbolo de confusão, pancadaria. E o Jean Mellé fez uma coisa admirável: ele viu a manchete – ele era a palavra final – chamou o contínuo da redação, ou seja, aquela figura que eu já tinha sido um dia e perguntou para ele se ele entendia aquele "Rififi na Assembléia". E ele perguntou para ele: "Rififi, o que é isso?", e ele não sabia o que era. Ele falou: "Ah, teve uma confusão na Assembléia. Socos, pontapés", aí o contínuo exclamou: "Ah! Quebrou o pau na Assembléia!". Foi a manchete do dia seguinte: "Quebrou o pau na Assembléia". Então era assim, era divertida, participativa, um grupo muito unido, um grupo forte.

O *Notícias Populares* ficou muito famoso por suas manchetes. Você lembra daquelas que foram mais contundentes?

Veja bem, eu estou falando do *Notícias Populares* do meu tempo que não é o que o *Notícias Populares* se tornaria no futuro. Inclusive eu estou me referindo ao *NP* [*Notícias Populares*], proprietário Herbert Levy e não tem nada a ver quando ele é um jornal adquirido pela *Folha* [*de S. Paulo*] e se torna um jornal que eu diria debochado. Eu estava falando de um jornal popular com categoria. O deboche, a ironia, é uma outra história, que felizmente não faz parte da minha história dentro do jornal. Mas, de qualquer modo, isso se tornou muito folclórico na imprensa. Eu me lembro que quando eu fui trabalhar no *Jornal da Tarde*, de novo com o Mino Carta, o *JT* [*Jornal da Tarde*] do qual eu fui um dos fundadores, eu encontrei o Jean Mellé e ele me disse o seguinte: "Ah, você agora está trabalhando no *Notícias Populares* dos ricos." Eu achei incrível essa definição. De certo modo, talvez ele tivesse razão. Mas, nas redações, inclusive no *JT* chegava o *NP* e a gente se divertia muito com aquelas manchetes, então tem várias que são antológicas. São divertidas, irônicas, totalmente debochadas. Até um glossário de manchetes; mas eu vou contar uma aqui que é pouco conhecida, ou pouco lembrada, que é um

momento em que um costureiro que se tornaria famoso, inclusive seria eleito deputado federal bem pra frente. Ele foi vítima de uma boataria e então se dizia que ele tinha contraído o vírus da AIDS. Era um boato. Ele fez todos os exames médicos possíveis e imagináveis e convocou uma coletiva explicando que não tinha, que tinha feito os exames e o resultado era negativo; e no outro dia o NP deu uma matéria impecável contando tudo, porém a manchete foi: "Fulano (o nome do deputado): rosca tá beleza". Incrível!

Como você começa a se interessar pela cobertura policial, por essa área dos crimes?

Porque já no *Jornal da Tarde* – o NP dos ricos segundo o Mellé. A proposta do JT era revolucionária no sentido de desencadear em uma profunda metamorfose em tudo que se referisse à imprensa. Tudo seria novo, tudo seria diferente. Padrão de texto, padrão de fotografia, arte, diagramação, tudo novo. E, naturalmente, a parte criminal também teria que ser diferente. E, por razões que até hoje eu considero um pouco misteriosas, o Mino imaginou que eu, que nunca tinha feito polícia na minha vida – inclusive nunca tinha entrado em uma delegacia de polícia – seria o repórter talhado para essa missão. Eu achei muito estranho aquilo, tentei resistir, mas foi absolutamente inútil. Então comecei a fazer. E já que eu comecei, como eu tinha trabalhado no NP e me tornei inclusive amigo do editor de Polícia, que era o Ramão Gomes Portão e ele acabou se tornando o meu mestre na área criminal. Ou seja, tudo o que eu não sabia, praticamente tudo, ele foi me ensinando. A estrutura da polícia, as investigações e eu comecei a fazer. No começo isso no *Jornal da Tarde* era uma coluna que se chamava "Novela Policial". Tinha um espelho da Ágatha Christie: "O caso do grande roubo"; "O caso do homicídio misterioso", bem Ágatha Christie. E aos poucos aquilo foi ganhando espaço dentro do jornal. Talvez seja oportuno lembrar que nesta ocasião o jornal *O Estado de S. Paulo* tinha um padrão bem rígido, não só de redação, mas de apresentação, inclusive de ordem gráfica – para vocês terem uma idéia, quando o JT nasceu, o *Estadão* só dava noticiário internacional na primeira página, na primeira só *inter*. Então, evidentemente o jeito do JT tinha um pouco dessa ambientação. E a área criminal aos poucos foi se libertando. Primeiro novela policial, depois um espaço um pouco maior, mas essa missão que eu fui desempenhando incluía uma matéria ter personagem, ter uma história, ter diálogos. Foi uma inovação à época do texto, detalhes; não ter aquela preocupação que caracterizava os jornais que destacavam polícia como, principalmente, *O Diário da Noite*, *A Última Hora*, *O Dia*, no sentido de ficar preso ao boneco ou a foto de autor ou de vítima, algo bem do local e, permitir, por exemplo, uma foto ilustrativa do ambiente; um desenho se fosse o caso. A

gente foi aprendendo e foi crescendo. Foi aprender e fazer, foi essa compatibilização.

Você está falando da diferença do JT no tratamento dessa notícia de Polícia. Quando você começa a cobrir Polícia, como eram as práticas dos repórteres? Como era esse jornalismo?

Bem, eu evidentemente observei muito isso porque eu teria que fazer algo completamente diferente. Mas, os repórteres policiais, pelo menos a maioria deles; primeiro eles eram muito conhecidos. Era um momento muito forte da imprensa escrita. Era um momento muito forte. Não tinha o noticiário da televisão, então os jornais eram muito poderosos. Para você ter uma idéia, vários deles tinha duas edições diárias. Tinha uma edição matutina e uma edição vespertina. E os repórteres, eu olhava, eles gostavam de assimilar o linguajar e as gírias policiais, gostavam de andar armados. Hoje, por exemplo, eu estou aqui usando abotoaduras, que é raro até para mim, mas eu vi colega usando, no lugar da abotoadura, projéteis de arma de fogo; balas de revólver que ficava aqui no lugar da abotoadura. E tinha um lugar que concentrava as ocorrências policiais que era a central de polícia, lá no quarto colégio. Tinha uma sala de imprensa muito próxima ao plantão dessa central. É curioso registrar isso. Porque isso, da sala de imprensa próxima ao delegado de plantão, ou seja, todas as ocorrências que chegavam e iam ser registradas, estava lá a imprensa perto, podia assistir. O que me permite abrir um parênteses hoje e dizer que nesse início do século XXI eu percebo que havia mais liberdade de imprensa lá naquele tempo com este tipo de central do que hoje. Inclusive na época da ditadura militar, esse tipo de sala de imprensa continuava existindo; ou seja, está lá o delegado, chega alguém, o jornalista tá vendo. Só não vê se for deficiente visual, mas está lá. Hoje tem muitos assessores que não são da imprensa. São contra. Fazem de tudo para proteger o governo; obstruir; ter a pretensão de determinar o que você vai fazer; contar; escrever; etc. E nessa sala, na central, funcionava uma espécie de cassino, que não era clandestino, era ostensivo. Tinha jogo de cartas, de dados, tudo a dinheiro. Muita gente ia jogar lá e tinha gente que perdia salário na jogatina. E houve um dia, inclusive, que eu acho inesquecível. O delegado de plantão foi avisar aos coleguinhas da sala que ele estava saindo, que tinha um local de homicídio; e estava rolando um jogo de dados. Dado rola, pra lá e pra cá e o delegado insistindo: "Ó, local do crime. Estou indo! Homicídio. 121" e na terceira insistência, alguém jogando o dado grita: "Não enche o saco, doutor!". Isso tinha muito naquele tempo, era uma coisa que, de alguma maneira, polícia e imprensa se misturavam nem sempre no bom sentido. Então havia hábitos, costumes, praxes, ausência de ética, de escrúpulo, muitas

vezes ausência de honestidade que caracterizava aquele momento, aquele período. Você veja o abacaxi que o Mino Carta me arrumou, ou seja, eu tinha que mudar tudo isso, eu tinha que criar um novo padrão, dar uma nova concepção, o que, como eu disse, fui fazendo aos poucos.

E como você foi criando isso?

Eu fui primeiro aprendendo como é essa máquina policial. Segundo vivendo essa máquina intensamente. Terceiro, procurando aprender com quem tinha algo a me ensinar, a me transmitir. Quarto, conhecendo realmente *in loco* tudo aquilo que se descortinava à minha frente como um mundo novo. Não admirável, evidentemente, porque o mundo criminal ele fecha as principais coisas desprezíveis da humanidade, ou seja, tudo o que é nocivo, ruim, negativo, de alguma maneira chega à polícia por uma espécie de cano de esgoto social e invisível, que a sociedade incessante e ininterruptamente e que cai lá. De lá vai para a justiça, ou vai para o presídio, então eu fui conhecendo esses mecanismos. As delegacias; o atendimento; os inquéritos; o boletim de ocorrência; julgamento; juiz; promotor; cadeia; presídio, e no meu caso foi interessante. O meu conhecimento, à medida que ele se ampliava, a medida que eu o adquiria, eu transformava isso em matérias, ou seja, o fato de eu ser noviço na área teve esse lado bom que eu ia exatamente contando o que eu estava descobrindo. Isso, aos poucos, foi fazendo muito sucesso. Realmente permitindo que a área criminal ganhasse dentro do espaço um espaço maior, uma equipe maior – era eu sozinho, aí dois, três, quatro. Eu cheguei até a ser coordenador de uma equipe muito boa. Então foi um caminhar aos poucos, um caminhar como entrar em uma caverna com um fio de Ariadne, tentar descobrir os segredos do minotauro.

A cobertura de casos como Dana de Teffé, o crime da Aída Cury, pela cobertura que as revistas ilustradas, como *O Cruzeiro*, fizeram grandes de casos policiais, de alguma maneira, lhe influenciaram?

Eu acompanhei muito isso. No caso da Dana de Teffé, que é até hoje uma grande obsessão do Carlos Heitor Cony: os ossos da Dana de Teffé. Isso me levou inclusive a cobrir – aquele foi o último julgamento do Leopoldo Heitor, numa cidade do interior do Rio de Janeiro, Rio Claro, que, segundo as más línguas, diz que nessa cidade teria acontecido apenas duas coisas importantes: o nascimento do Fagundes Varela, um grande poeta, e o crime da Dana de Teffé, uma brincadeira. Mas eu acompanhei isso, aí eu fui ver o que eu não sabia e vi aquilo que eu procurei resumir aqui, mas que implicava no que inclusive, uma revista de grande circulação, *O Cruzeiro* – que seria talvez a *Veja* de hoje, mal comparando -, mas

um delegado do Rio praticamente seqüestrou o advogado suspeito de matar a Dana, o Leopoldo Heitor, com cobertura da revista. Aliás, exclusiva. Então aquilo me marcou e eu acompanhei aquela história. No caso da Aída Cury, onde, quem desencadeou uma grande campanha, de novo, em *O Cruzeiro*, foi o David Nasser. Isso me marcou muito, tanto que eu me lembro até hoje de uma matéria sobre a Aída Cury que começava – era um *pré-lead* – com um versinho criado pelo David, se referindo ao advogado de uns dos acusados da morte de Aída. Então estava assim: “Wilson Lopes dos Santos – que era o nome do advogado – isso eu digo e não minto. Perto de você até gambá é Chanel nº5”. Era o abre da matéria. Acompanhei muito isso, porque, aí, realmente, como leitor. Porque o caso da Aída Cury foi muito chocante, uma moça violentada, atirada de uma janela, pessoas poderosas envolvidas no crime, um caso muito difícil, e, sem dúvida a obstinação, a cobrança do David Nasser foi muito importante. Isso, de alguma maneira, teve muita influência, durante muito tempo, nas coberturas policiais. Ou seja, aquela coisa que existe até hoje que tenta, é uma grande tentação, em transformar o jornalista em alguém que faça a justiça, que descubra os fatos que sociedades, grupos ou pessoas tentam esconder. Então entre a Aída Cury de ontem e a Isabella Nardoni, tirando o atentado sexual, não há diferença nenhuma, também se exige a mesma coisa. E outros crimes que a participação de imprensa é decisiva na elucidação. Eu ousaria dizer o seguinte: Em nosso país de dimensões continentais, certas coisas somente são apuradas, descobertas, somente se toma algum tipo de providência, inclusive de ordem legal, se a imprensa fizer uma denúncia forte, contundente, sobre este assunto. Senão é como esse fato grave não tivesse acontecido. Com o tempo a gente pode dizer o seguinte: no caso Dana de Teffé a revista *O Cruzeiro* cometeu imperdoáveis vacilos de ordem ética, porque não cabe a nenhum meio de comunicação e muito menos a um jornalista ficar orquestrando um seqüestro do suspeito, prisão ilegal, interrogatório na calada da noite, em troca de uma exclusividade. Até de um crime cuja autoria acabou formalmente não sendo apurada, como eu disse eu assisti ao terceiro julgamento do Leopoldo. E à Aida Cury acabou se fazendo justiça, quer dizer, a identificação dos autores, a respectiva punição, mas enfim, na Aída tem mais indignação e na Dana tem um pouco de leviandade.

Aproveitando que você fez essa comparação com o caso recente da Isabella Nardoni, e hoje? Quais são as questões desse tipo de cobertura?

Hoje a grande questão ela passa por ordens éticas e passa por um cinismo, um farisaísmo contemporâneo absurdo. Porque nós existimos hoje; aqui. Estamos agora em Setembro de 2008 e a gente vê, por exemplo, setores indignados com o

uso de algemas. Como se esse fosse o grande horror contra a cidadania brasileira. Como se o horror não fosse mais de 300 mil prisioneiros em situações absurdas, 30% dos quais presos ou com penas já vencida; ou com prisões formalmente irregulares. E se você vai ao cárcere, porque você precisa ir ao cárcere. Tem gente que conhece o cárcere por relatório de deputado e por CPI. Eu não, eu conheço porque eu vou lá, coloco meu pé lá e eu cheiro. Alias, o cheiro de cadeia é horrível. E a maioria não quer ir. Nem juiz quer ir nem promotor não quer ir, jornalista vai querer ir? As vezes pode se achar meio nobre: "Eu? Tão preparado, já tenho a minha pós graduação, meu mestrado. Entrar em Bangu I não é pra mim". Que isso tem muito mesmo, uma certa arrogância. Então hoje você precisa ter uma percepção para encarar a realidade e denunciar esse cinismo. É cínico você comparar o uso de algemas com aberrações com degradação na prisão. Inclusive nós tivemos recentemente um caso em São Paulo muito interessante, que o Supremo Tribunal Federal anulou um julgamento pelo júri popular na cidade de Laranjal Paulista. Segundo o Nelson Hungria, o pai do nosso código penal disse, lá pelos anos 40: "Sendo Supremo, o STF teria o poder de errar por último". É muito interessante essa definição. A Suprema Corte pode errar por último. A Suprema corte anulou esse júri, que era de homicídio, em que o réu foi condenado por sete votos contra zero. Ou seja, prova dos autos, insofismável, não tinha o que discutir, mas o júri foi anulado porque o réu, durante o julgamento, estava algemado. Aí, o ministro relator disse: "Constrangimento ilegal". O ministro Cezar Peluso disse que a juíza que presidiu o julgamento, que permitiu que o réu ficasse algemado, tinha sido inexperiente, muito inexperiente. Pequeno detalhe: a juíza é filha do ministro do Supremo Tribunal Federal. Isso é ridículo. Acho que papai e filhinha tiveram uma conversa muito séria em casa, depois dessa decisão judicial. Agora, é preciso ter olhos e ver essas coisas. Porque hoje você não pode acreditar cegamente nem em polícia, nem em judiciário, nem em Ministério Público e nem em advogados. O que eu vou fazer? Me mudar pra Pedro Juan Caballero amanhã? Essa é a realidade. Por isso, aliás, nós pagamos por vários patos. Um deles é o famigerado caso da escola base. Nós somos Judas da malhação. "Escola base, escola base". E ninguém gosta de falar que: no episódio da escola base, dentro do ordenamento jurídico brasileiro, foi feito um inquérito policial. Presidido com autoridade policial que indiciou os acusados. Teve um promotor, representante do ministério público, fiscal da lei e teve um juiz que decretou a prisão de todo mundo. E você vem me dizer que a culpa é da imprensa? Pelo amor de Deus! No mínimo vamos pegar esse bolo e dividi-lo em partes que não são iguais. Vamos fazer isso. Porque isso me irrita. Às vezes em debates, já me aconteceu. Debate na escola de magistratura: "Escola Base"; "Ah, é?! Quem decretou a prisão? Quer dizer, o juiz manda o cara para a

prisão e a culpa é da imprensa? Doutor, o que é isso?”. O Ministério Público denunciou. Sem promotor não tem processo criminal. Ele denuncia, pede a prisão e a culpa é da imprensa? Não tem nenhum argumento. Porque o que eu estou dizendo aqui é absolutamente insofismável. Mas tem esse modismo, nos transformar em Judas da malhação. É bom né, porque aí você tem um epicentro, os culpados e as demais instituições estão isentas de qualquer responsabilidade. É cínico. É farisaico.

Você falou das questões éticas do jornalismo da atualidade e a gente tinha mencionado o caso da Isabella Nardoni. Você mencionou casos tão emocionais como foi o da Isabella ano passado, por exemplo os casos cobertos pelo David Nasser. Você comentou que, em função de querer ter uma informação, um furo, às vezes se usava de artifícios talvez não muito éticos. Você acha que, hoje em dia, em casos em que há essa carga emocional muito forte, a imprensa consegue ter cabeça fria e objetividade para lidar com esse caso?

Não consegue, vamos dizer, plenamente. Eu cobri o caso Isabella intensamente e inclusive participei muito de programas ao vivo para a televisão. E você está ali, ao vivo. Então eu ouvia: “A delegacia onde está o Nardoni. É preso, é solo. Vai prestar depoimento. Está o pai, está a madrasta” e eu cheguei a dizer isso no ar. Eu tinha a impressão de que eu não estava numa delegacia de polícia, eu estava em um moderno Coliseu. Tinha uma multidão ululante, querendo pegar os acusados, pegar os suspeitos, se possível trucidá-los. Essa é uma carga emocional que os jornalistas tem que saber administrar. É por isso que nesse tipo de episódio se requer uma série de coisas além de competência profissional. E uma delas é a saúde, inclusive a de ordem emocional. Porque esse clima te envolve e, além do que, de fato, está todo mundo querendo saber sobre o caso. Eu vivi isso com a Isabella, quer dizer, eu vou lá fazer meu *link* na delegacia e tem uma multidão na rua que quer saber uma novidade de mim lá na porta. Eu chego na redação, idem. Estou de folga no fim-de-semana, as pessoas na rua; na padaria; na igreja; todo mundo “Isabella..”. Eu não conseguia me libertar da Isabella nunca. Isso é uma realidade. Não sou eu que estou projetando a importância do caso Isabella. Até porque, nós, jornalistas divulgamos fatos, não criamos fatos. Detalhe que os sociólogos de botequim precisam perceber. Nós, repito, não criamos fatos. Nós divulgamos. Agora, a dosagem, de novo entra o farisaísmo. Eu vi recente na *Folha de S. Paulo*, uma carta assinada por um professor da Universidade Estadual de Campinas, que eu admiro muito, o Caio Navarro de Toledo, na qual ele cobrava para o caso de dois meninos – dois irmãos esquartejados pelo pai e pela madrasta, também em São

Paulo – tivesse na mídia a repercussão que teve o caso Isabella. Eu achei isso muito interessante, porque nesse julgamento da dosagem, afinal de contas, como administrar isso? Dar mais destaque ou menos destaque? O caso dos irmãos por que que você não cobre do mesmo jeito que a Isabella? Ou porque você não cobriu a Isabella de uma maneira que não teve a mesma repercussão do caso X? É difícil isso. Agora, o que eu vou dizer aqui, em termos rigorosamente pessoais, é que eu me empenhei ao máximo em ser bem informado sobre esse caso. E aí entra todo o meu *know how* de 40 anos na área criminal. Quer dizer, eu não acredito mais em cegonha e em Papai Noel, nem que sejam lendas contadas por advogados. Por exemplo, eu me julgo hoje em condições de ter nas principais informações analisar tecnicamente o que procede, o que não procede; o que tem conteúdo e o que não tem conteúdo. Quer dizer, “o fulano disse”, simplesmente, eu me sinto no dever até de questionar. Quando os laudos periciais do instituto médico legal que contém as informações sobre o que o legista diz sobre o exame de um cadáver; e também os laudos periciais do Instituto de Criminalística, quero dizer, os laudos feitos no apartamento de onde a menina foi jogada. Um laudo que mobilizou peritos até do departamento de física do Instituto. Isso é muito profundo. A perícia paulista é considerada a melhor da América latina. Não tem nenhum curioso, lá, aventureiro, *achista*, *achólogo*. Não tem isso. Então eu sabia que os laudos estavam lá e estava todo mundo lá. Toda a imprensa pátria na delegacia. Eu precisava ver. Então consultei os comissários, disse que precisava ver aquilo. Eles disseram: “Tudo bem, você vai ter que vir aqui e se você vir aqui vai ser um problema. Se você entrar aqui, vai todo mundo querer entrar atrás”. Eu preciso ver. Por isso que eu digo: Não existem, para o jornalismo, coisas impossíveis. Aí pensa, solução. Eu fui para uma esquina do 9º distrito policial, uma viatura da polícia foi lá, com os vidros todos escurecidos, parou na esquina. Eu entrei no banco de trás e me deitei. Essa viatura entrou pela lateral, parou numa porta, tinha um grupo de policiais, eu descí de costas, com o paletó, inclusive, cobrindo o rosto. Parecia um marginal detido para averiguações. Entrei e fiquei três horas lá dentro. Essas três horas significaram material para uma semana de comentários. Foi muito importante aquilo lá. O que eu fiz foi ético. Não fiz nada amoral, anti-ético. Claro que meio mundo gostaria de estar no meu lugar. Eu planejei essa estratégia como planejei outras ao longo da minha vida. Eu repito: as coisas não são impossíveis, você precisa saber fazê-las. Você precisa ter fontes. Você precisa aprender que não existe bom repórter sem fontes. Então se você tiver fontes, tiver acesso, tiver bem informado, tiver bem preparado para exercer sua função você terá condições de oferecer, apresentar para o seu público um material denso, de conteúdo, aprofundado, detalhado, que esmiúce um acontecimento; enfim, que coloque seu

público – seja leitor, ouvinte ou telespectador – em condições de aferir muito bem o que está sendo apurado, o que aconteceu e em alguns casos chegar as suas próprias conclusões, mas você dá o norte para que ele se posicione.

Você é um jornalista já muito premiado por essas coberturas. E aproveitando que você está falando das dificuldades e soluções criadas para cada cobertura, quais foram as coberturas mais difíceis ou mais marcantes para você?

Eu tenho muitas. Eu tenho histórias fortes que, nem sempre, necessariamente são histórias de matérias, são coisas muito pessoais, frutos dessa experiência. Mas o que o que acho fascinante é você – seguindo lá a minha origem de Ágatha Christie – ir desenrolando o fio do mistério, o que é possível como um bom observador. Eu aprendendo essa engrenagem da polícia, eu acabei conhecendo bem um tipo de investigação que particularmente me fascina, que é a investigação sobre homicídios, ou seja, assassinatos. Porque esse trabalho de investigação começa com um cadáver e só. Tem um corpo no chão. Às vezes não tem nenhum documento e o policial de investigação chega lá tem um corpo e mais nada e ele tem que chegar a identificação desse corpo e a autoria deste crime. Então é um trajeto muito interessante no qual, aliás, eu aprendi muito. Quando eu comecei a fazer polícia, até fui até um desses locais e tinha corpo e mais nada. A não ser um cão. Tinha um cachorro ao lado, quieto. Um cachorro amigo do dono. Só. Um investigador experiente pôs uma coleira naquele cachorro e ficou andando pelo bairro. Fez isso dois dias. Aí no segundo dia, está passando o cachorro por um lugar, ele para e começa a latir forte. De pezinho. Estava identificado o cadáver. Não é incrível isso? Agora, você precisa ter paciência – porque tem gente que vai achar que você, andando com um cachorro pela rua, você é um idiota. Mas você não é idiota, você sabe o que você quer. Você sabe o que você está atrás. Eu usaria esta técnica, inclusive, não exatamente procurar alguém com um cachorro. Mas, aliás, identificar uma vítima de atropelamento que seria simplesmente o primeiro doador de coração para o primeiro transplante de coração da América latina, feita no hospital das Clínicas, aqui em São Paulo. Quer dizer, o doador era o atropelado. Era a grande matéria. Quem é esse cara? Foi essa técnica. Eu fui ao local, tinha um par de sapatos e pela metade de um maço de cigarros de palha. A essa altura eu já observei muitos locais de homicídio, aprendi muita coisa com cachorro ou sem cachorro. Então cheguei lá e vi. Cheguei lá de madrugada já. Tinha dois pares de sapato. Aprendi a avaliar. Se ele está de sapato, se os sapatos estão aqui ele veio andando, ele não veio de carro. Então se ele está andando, ele não pode estar em uma área muito longe daqui, tem que estar aqui. Cigarro de palha pela metade,

então ele fuma esse cigarro. O meu cachorro virou um maço de cigarros. Pega o maço e sai. "Conhece quem fuma esse tipo de cigarro?"; "Não". No outro dia, de manhã, estou desistindo; ao crepúsculo do dia seguinte, até que uma pequena mercearia, o balconista falou: "Ah, tem um rapaz ali que só fuma esse cigarro". "Qual o endereço dele?"; "Não sei, mas tem uma rua ali, têm umas curvas, a casa é de tal cor, etc.". Cheguei lá na casa, sem campainha nem nada, bati palmas: "Aqui que mora o fulano?"; "É" – era uma senhora que atendeu. "Ele está?"; "Não. Ele é meu filho, eu não sei o que aconteceu. Ele não volta para casa desde ontem à noite". Identifiquei o cara. É aquela sensação. O Brasil inteiro quer saber quem é esse cara. Está na minha mão. É só meu, consegui. Premio Esso! Ganhei. Eu não tive coragem de fazer uma coisa: falar para mulher o que tinha acontecido. Mas fiz um perfil indireto, a história dele, fotos. Mas sinceramente não tive coragem de falar. Então esta coisa acompanha vários episódios dos quais você pode, com uma certa técnica, obter bons resultados. Outro exemplo que eu gostaria de dar é de um trabalho que eu fiz, que é um livro sobre uma facção criminosa que todo mundo queria saber a gênese dessa organização que é o Primeiro Comando da Capital – PCC. Consegui, transformei vários funcionários de presídios em repórteres em uma reunião na casa de um ex-diretor. Eu dei pauta, *deadline* e cursinho de repórter para agente de presídio. Eu queria o molho, o clima da cadeia diante de certos episódios. O Marcola. "Quem é esse Marcola?!". Todo mundo sabe quem é Marcola. Mas sabe que o nome dele é uma mistura de Marco e como ele, quando era menino cheirava cola, então é Marcola. Isso ninguém sabia. Detalhes. Detalhes como muito outros que eram desconhecidos e eu fiz. E uma cena que me chamou atenção foi eu ter sabido que, na fronteira, havia ocorrido uma execução de traficantes em uma fazenda. Uma execução essa comandada por um grande traficante que ofereceu um churrasco como sendo uma festa surpresa e alguém tinha traído as regras do grupo, e esse alguém então seria surpreso. Chegou, foi amarrado em um tronco de árvore e foi sangrado até a morte lentamente para delírio dos convidados, tomando uísque, comendo picanha. Esse clima. E eu precisava narrar essa cena com detalhes. Como narrar essa cena? O Comando Vermelho; o PCC tem assessoria de imprensa? Acho que ainda não – embora tenha alguns simpatizantes, talvez, porque nunca contam como as coisas são realmente. Aí, em uma cidade da fronteira eu soube que tinha um traficante que tinha sido preso com 300 kg de cocaína, havia pertencido ao grupo do Fernandinho Beira-Mar e estava em uma penitenciária de segurança máxima. Ele tinha obesidade mórbida, um juiz havia autorizado ele fazer uma cirurgia fora e ele perdeu mais de 50 kg. E estava numa fase de recuperação, fora do presídio, autorizado por esse juiz. Quando eu vi isso, eu analisei essa situação. "O juiz autorizou? Então isso não existe. Esse juiz aí é

incrível, porque isso é absolutamente incomum". Então procurei o juiz, expliquei o meu projeto de livro e ele foi comigo até o lugar onde esse traficante estava preso. Me apresentou, porque se eu chego lá "Sou o Percival de Souza" o cara ia convocar minha mãe a plenário e acabou, não tem conversa. Mas aquele juiz tinha evidentemente ascendência. Me apresentou, disse que eu ia fazer um trabalho sério e não precisava se preocupar porque ele não ia ser mencionado e só me interessava a cena, o local. Para me descrever aquilo e pronto, ele mesmo garantia que ninguém jamais saberia como eu tinha montado aquela história. Ele olhou pro juiz e falou assim: "Doutor, eu não posso negar nada para o senhor"; "Então vocês fiquem ai a vontade", ele saiu e ele me contou tudo. Eu acho essa história incrível. Primeiro foi a abertura do meu livro "Sindicato do Crime", essa história da execução. Mas como ela foi reconstituída é muito interessante. Porque é um segredo de reportagem, você tem uma boa história, nós jornalistas somos perseguidores de boas histórias. Caçadores de boas histórias. Fundamentalmente o que nos interessa são boas histórias, nós vivemos atrás delas. Essas boas histórias estão na cabeça de pessoas, em algumas cabeças. Você precisa descobrir quais são essas cabeças, localizá-las, convencê-las a falar e ter habilidade para extrair destas cabeças, essas histórias. Essa é uma receita que valeu para o PCC e vale para qualquer situação.

Durante a ditadura, você fez um trabalho muito importante sobre o Esquadrão da Morte. Como nasceu e como você fez esse trabalho?

Quando esse bando de extermínio começa a agir em São Paulo, eu tinha dois anos e meio, quase três de experiência na área criminal. Eu soube que esse grupo ia começar a agir em São Paulo e pelo fato de não ter *know-how*, de fazer uma espécie de aprendizado no Rio de Janeiro. É inacreditável contar isso agora, porque eu obtive essa informação de policiais de São Paulo, fui para o Rio de Janeiro e fiz uma matéria publicada pelo *Jornal da Tarde*, informado que um grupo de extermínio ia começar a agir em São Paulo. É incrível isso. Eu antecipei, pelo *JT*, a aparição do grupo, que, de fato, começou a matar e, rapidamente, se degenerou além da iludida profilaxia social que seria o mote ideológico inicial do grupo, mas logo logo o grupo passou a proteger um grupo de traficante de drogas, em detrimento de um outro grupo. Virou uma matança para conquista de espaço e eu fui gradualmente mostrando isso. Eu sofri muito nesse período. Para vocês terem uma idéia, quando minha primeira filha estava para nascer, no oitavo mês de gravidez eu precisei tirar minha esposa de casa por razões de segurança. O último mês de gravidez de minha mulher se desenrolou na casa de um amigo meu. Foi muito duro isso. Posteriormente, pelo fato de eu ser uma figura solitária nas

denúncias, eu sofri muitas represálias e muitas perseguições. Eu só quero frisar que esse júri começa a agir no final de 68. A justiça ensaia algumas providencias no final de 70, começo de 71. Quem duvidar do que eu estou falando, pode olhar a coleção do jornal. Não tinha Hélio Bicudo. Era eu sozinho. Não tinha ministério público, não tinha poder judiciário, nada. Era eu e Deus. Só. Nessa ocasião o jornal recebeu um documento assinado por todas as entidades de classe da polícia de São Paulo. Todas. Investigadores, Delegados, Escrivães, etc., todos explicitando uma certa solidariedade ao esquadrão e todos contra mim. E ficaram esperando o momento de me acertar. E esse momento foi uma matéria, já, quando surgiram as primeiras denúncias, uma delas envolvia um delegado de polícia, entre eles o ícone da repressão, Sérgio Fleury e eu, por uma destas matérias fui enquadrado na lei de segurança nacional acusado de indispor o povo contra as autoridades constituídas. Esse era o mote da segurança nacional. Evidentemente com um processo desta natureza, dá dor de cabeça.

Além da dor de cabeça, como fica sua situação? Porque você, necessariamente, tinha que ter fontes dentro da polícia. Como ficam suas fontes?

Foi um período de andar no fio da navalha e, ao mesmo tempo, uma experiência interessante. É claro que meio mundo dentro da polícia me odiava. Por outro lado, quando você seleciona as suas fontes – eu nem sei se os jornalistas já perceberam o que eu vou falar agora – é como se houvesse entre nós e algumas das nossas fontes, uma certa comunhão de ideais, de propósitos, de transformação do mundo. Essa é a boa fonte. Se você confia numa fonte e a considera boa é porque você põe sua mão no fogo por ela. Ou não? Não existe essa história: a fonte lá e eu aqui. Isso é balela. É coisa que não sabe nem o que é reportagem e muito menos o que é jornalismo. Não existe esse negócio de: “Acabou fonte! Cai fora, seu tempo acabou!”. Não é assim. Quem diz o contrário não é do ramo. Então nessa identificação havia pessoas na polícia que se identificavam com o meu pensamento, o meu modo de ver. Inclusive, conversando com elas, eu argumentava: “Se vocês pretendem construir e a geração de vocês é como é a minha no jornalismo. Eu estou tentando fazer um jornal novo. Com uma roupagem nova e uma característica nova. Você sonha também com uma polícia nova. Decente, honesta, correta, digna. Que você passe por um policial e as pessoas não atravessem a rua para evitar até o seu olhar. Vocês querem isso e isso aí é inadmissível, é intolerável. É justicamento, assassinato. Como um grupo que deve defender a lei, comete crimes? Você comete crimes para defender a lei? Isso é uma contradição horrorosa. Quer dizer, você tem uma formação, faculdade de Direito, isso não

resiste. Isso é contra até o seu grau de Bacharel em Direito. É uma afronta moral e ética. E com vários deles eu consegui informações até dos grupos. Para você ter uma idéia. Teve uma noite que eu sabia que um grupo de irados contra mim – e eles tinham um ponto de encontro em um bar na Av. Duque de Caxias de São Paulo, o Bar do Moisés. Eles iam lá toda noite. E estava um clima muito pesado contra mim, mas eu já tinha aprendido o seguinte: em uma situação dessas, mesmo que você esteja com medo, nunca demonstre medo. Não mostre a sua cara para o inimigo. “Oh, estou com medo”. Mesmo que você seja um grande ator, digno de uma graduação no *Actor’s Studio*, você tem que encarar. E eu fui para esse bar de madrugada, com dois colegas tão malucos quanto eu. Eram Antonio Carlos Fon e o Carlos Brickman. Nós entramos, todos os policiais saíram. Simplesmente saíram. Nós sentamos a mesa, olhamos o cardápio, escolhemos um prato. Os policiais começaram a dar tiros para o alto, na porta do bar. Um clima ótimo. Isso duas e meia, três horas da manhã. A gente jantou e os caras todos com ar de magoados, muito aborrecidos e eu comecei um diálogo surreal: “O que está acontecendo?”; “Ah, vocês sentam o cacete na gente”; “Mas que que é isso aí?”; “A gente está afim de defender a sociedade, vocês metem o pau”. “Vocês acham isso? Eu vou fazer o seguinte: eu vou fazer uma matéria dizendo o que vocês pensam. Qual é a filosofia do esquadrão, qual é a de vocês. Mostrar isso. Se é esse o problema, se as pessoas não sabem e eu não ajudo em nada para que elas saibam, então eu vou contar qual é.” Aí desabafaram “Tem muito bandido, ladrão, estuprador, não respeitam ninguém...”. No outro dia eu fiz uma matéria contando isso com um título que eu não me esqueço: “O Esquadrão, segundo o Esquadrão”. E eles adoraram a matéria. Uma matéria que, embora com coisas, digamos, sutis; embora com uma certa alquimia semântica, apesar disso, havia expressões *ipsis verbis*, exatamente como eles tinham me falado. Eles acharam que eu fui de uma lealdade, uma autenticidade incrível, adoraram aquilo lá. Até as coisas melhoraram pra mim naquele momento turbulento. Então, isso não está escrito em lugar nenhum. É você andar em terreno pantanoso, movediço, etc.

Você estava falando do Esquadrão da Morte, que inclusive lhe rendeu um enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Como se portou a direção do jornal nesse caso?

A direção do jornal me deu todo o apoio e me deu muita força. Não como uma coisa meramente retórica, mas muito prática. Quando eu fui chamado para o meu interrogatório, o pretexto do meu enquadramento era uma matéria ilustrada com uma foto do delegado Fleury com uma fantasia de carnaval. Naturalmente não era período de carnaval, mas ele estava ridículo: boné de marinheiro, short, colar de

havaiano. Estava meio grotesco. Então, era uma das razões. E como o pretexto também era o texto da matéria – que era minha, até porque estava assinada, mas o título não era meu – e aí me perguntaram quem poderia informar. Eu falei: “O editor geral, Fernando Portela”. Ele foi intimado – tudo isso combinado com a direção, previamente – perguntaram quem era o autor e ele disse que não se lembrava, porque ele fechava dez páginas por dia e deram uma semana de prazo para ele se lembrar. “Lembrou?”; “Lembrei”. “O depoente informa que o autor do título da matéria tal foi:” e o Portela: “Trabalhando excepcionalmente, doutor Ruy Mesquita”. Desse jeito, está nos autos. E o doutor Ruy foi ouvido, porque ele foi citado. Os policiais foram à redação para ouvi-lo e ele realmente assumiu a autoria que, a rigor, não era dele. Mas isso garantiu um trâmite mais suave e até uma absolvição. Na verdade eu não teria ânimo. E o Rui Mesquita fez isso com outros colegas em várias situações. Quer dizer, embora o *Estadão* [*O Estado de S. Paulo*] fosse muito acusado de um certo reacionarismo, até porque os Mesquitas tiveram algum tipo de participação na deflagração do Golpe Militar de 64; apesar disso, eu sou exemplo concreto de muito apoio e muita força, coisa que muita gente não teve. Para vocês terem uma idéia, quando eu fui enquadrado alguns colegas pensaram em fazer um almoço de homenagem. Esse almoço foi cancelado porque se avaliou que ele poderia ser interpretado como um desagrado, que pegaria mal, que poderia criar uma nova disposição, uma nova animosidade com as autoridades militares, então até almoçar comigo seria perigoso. E nessa hora de solidão o Ruy Mesquita segurou as pontas.

De 1968 a 1975, o *Estadão* estava sob censura. Como era a situação do *Jornal da Tarde* e, particularmente, na sua área?

Nessa época funcionava um órgão chamado Departamento de Censura de Diversões Públicas, que pertencia a Polícia Federal, que tinha um quadro de censores, cujos iam diariamente à redação. Todo dia estavam no jornal, inclusive com uma relação de assuntos que não poderiam ser publicados em hipótese alguma; talvez alguns negociáveis, mas o fato é que todo dia você tinha uma lista de assuntos que você não poderia abordar. Algumas vezes acontecia o paradoxo de você tomar conhecimento de um fato apenas pela proibição da divulgação desse fato. Você nem sabia daquilo e vinha o censor: “Isso não. De jeito nenhum”. Isso era muito frustrante porque algumas matérias feitas com bastante elaboração, cuidado, cuja apuração exigiu muito tempo, talento, perspicácia; eram matérias inutilizadas. Hoje todos sabem que o *Estadão* procurou caracterizar isto de alguma maneira. Primeiro tendo espaços em branco, realmente, o que também a censura proibiu. Daí o artifício: o *Estadão* usava Camões para esse espaço suprimido

abruptamente e, no *Jornal da Tarde*, receitas culinárias. Tem todo um folclore próprio isso, principalmente o das receitas, que de vez em quando tinha gente lá reclamando das receitas; que seguiu a receita e deu um resultado horrível. Bolos, empadas. E a gente brincava com os títulos do que seria confeccionado com essas receitas. Por exemplo, o governador de São Paulo era Laudo Natel, então tinha uma receita chamada Lauto Pastel, coisas assim. Mas, além dessas brincadeiras, o lado trágico é que você perdia muita informação. Você fazia a matéria, cobria e tinha aquela desventura de ver aquilo não poder ser publicado. É muito frustrante, desalentador, horrível, mas a gente viveu isso no cotidiano. Todo dia o censor presente, em carne e osso, na redação.

Qual foi o impacto disso para você como repórter. Isso virava uma auto-censura? “Não vou escrever isso porque não vai passar”. Você viveu isso na pele?

Na área criminal isto não era muitas das vezes impactante a esse ponto, mas quando alguns tipos de ação passaram a ser investigadas por um órgão da polícia, como, especificamente, a polícia política, ou seja, o Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, então você tinha, em tese, crimes com uma configuração comum, como, por exemplo, roubar banco, seqüestro. Eles tinham uma configuração, mas tinham uma conotação politizada, o que era uma novidade. Então você numa cobertura de assalto a banco ou de seqüestro se deparava com empelinhos: “Bom, isso aqui não”. Para você ter uma idéia – e é importante consignar isso – a prática de roubar banco, exatamente por causa disso, passou a ser classificada na Lei de Segurança Nacional. E a delegacia de roubos a bancos foi para a polícia política, o DOPS. Então é diferente. E os seqüestros ou descoberta de armamentos, munição, roubos em pedreira, dinamite... todo esse tipo de coisa acabava tendo um impacto, no caso, quando o censor se deslocava para a redação, em algumas das vezes ele já estava com uma pauta confeccionada pelo exército, através do DOI-CODI [Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna]. Isso não divulgável em hipótese alguma. Então, embora eles não fossem exatamente donos das mentes e muito menos dos corações, você sabia que ele impunha arbitrariamente limites e restrições. Eu acrescentaria o seguinte: à essa época, uma redação como a nossa no *Jornal da Tarde*, era uma redação muito jovem – até muita gente não gosta de falar o que eu estou falando aqui, mas eu falo – uma redação muito politizada. Uma redação com muita militância de esquerda. A tal ponto de haver grupos ideológicos antagônicos. Você tinha tendências ideológicas de vários tipos na redação. Partidão, AP, Polop, Libelu, etc., linhas e tendências. Não gostam de falar isso, mas era essa a

realidade. Então como a nossa geração, uma geração que lia, discutia, debatia, era uma geração que tinha muita consciência nesse momento que se vivia. Aqui não é possível fazer isso, então havia alternativas para a nossa satisfação. Satisfação dos nossos corações e das nossas mentes, ou seja, publicações clandestinas, documentos reservados que a gente elaborava e distribuía na militância; sempre clandestina. Mas éramos, de modo geral, pessoas conscientes. Claro que tem esse lado de esquerda, mas tem o lado de direita também. Talvez isso mereça uma ilustração. Ninguém gostaria de falar isso, mas chegou a hora de falar tudo. Tinha um colega na redação, que era de esquerda – e isso era um ritual humorado, diário – ele subia em uma mesa, todo dia, com o livro vermelho de Mao Tsé-Tung e começava a fazer a leitura protegido por uma imaginária guarda vermelha, á volta da mesa, enquanto ele lia. E um colega de direita arremessando tudo o que podia contra ele: lista telefônica, lata de lixo e a guarda vermelha lá protegendo ele. Isso era até meio divertido. Divertido, mas emblemático. Aquela cena é profundamente emblemática. Mas, de um modo em geral, como muita coisa nos unia, aconteceu desse colega que jogava lista telefônica e latas de lixo, ter um primo morto pela repressão política do DOI-CODI de maneira dolorosa e trágica. E ele recebeu uma solidariedade muito forte de todos. Aí, de repente, coração diferente, mente diferente, mas um clima pequeno-burguês de afeto, carinho, estima, amor, amizade que, evidentemente, superava a tudo em momentos de raríssimas demonstrações de solidariedade. Então tinha tudo isso. Era um clima latente, efervescente. Um clima de insatisfação pelo momento vivido, uma indignação pela restrição das liberdades e um momento de muita consciência que nos levava para a rua Maria Antonia. A noite estávamos lá nas barricadas da Maria Antonia junto do pessoal da USP [Universidade de São Paulo] contra o Mackenzie [Universidade Presbiteriana Mackenzie] e de dia estávamos na redação. Éramos híbridos políticos, talvez.

Em 1975 um episódio que vai comover a sociedade, particularmente os jornalistas, que é a morte do Vladimir Herzog. Quais são as suas lembranças desse episódio?

Todas. Porque a morte do Vlado, entre outras coisas, foi uma covardia. Eu sou muito preciso em captar os detalhes, os momentos, até para contar as coisas que as vezes escapam a percepção. O que me marca muito no Vlado, além do que aconteceu lá dentro, é que ele era tão perigoso segundo o DOI-CODI, que ele tomou um táxi e foi para a rua Tutóia. O perigoso chegou na rua Tutóia de táxi e saiu de lá em um caixão de zinco lacrado. Essa é a sinopse. Chega de táxi, sai em um caixão lacrado. Aquilo foi doloroso e uniu muito a imprensa. De todas as linhas,

correntes e tendências. Todos os corações e todas as mentes. Hoje parece não ter sentido nenhum você dizer que ir à uma missa pelo Vlado na Catedral da Sé era um ato de coragem. Hoje parece ridículo você fazer uma afirmativa dessas, mas à época não era não. Você precisava ter coragem para ir à essa missa. Eu fui e, para nos machucar um pouco mais, fizeram um bloqueio das ruas do centro para dificultar o acesso à praça da Sé e deram a esse bloqueio o nome de operação Gutenberg. Para nos atingir bem na alma e no coração mesmo. E na missa, os prédios a volta da Catedral, tinham câmeras de tudo quanto é lado. Filmagem ostensiva de quem chegava, quem entrava e quem saía. Mas aquilo realmente nos uniu, sem dúvida nenhuma o que se passa na repressão é antes do Vlado e depois do Vlado; pela relação e pela disposição da imprensa. Reunindo os corações e mentes, houve uma assembléia no auditório da PUC [Pontifícia Universidade Católica] de São Paulo, se discutindo o que fazer. O sindicato dos jornalistas de São Paulo teve uma posição muito forte sob o comando do Audálio Dantas. Nessa assembléia, como eu já disse, tinha todas as linhas políticas lá. Inclusive eu me lembro de uma clique da Libelu. Vocês imaginam, num clima desses, surgir uma proposta para a assembléia ser dissolvida e se transformar em uma passeata gigante dos jornalistas de São Paulo que se deslocaria da rua Monte Alegre, nas Perdizes, até o quartel general do Segundo Exército. E uma proposta que parecia que seria aprovada, porque houve uma reação delirante da assembléia. Aí, um coleguinha mais vivido, de terno e gravata, levantou a famosa questão de ordem, pela qual sempre cabe uma intervenção e encaminhou-se lentamente até o microfone e todo mundo esperando para saber qual seria a questão de ordem. Cenas inesquecíveis: "Companheiros, tudo bem. A propósito, quantos tanques nós temos?". Silêncio geral. Caiu a ficha. É uma cena marcante, cujo o resultado, o silêncio, não foi uma resposta covarde. Uma consciência da situação: precisaremos usar aquilo que nós temos talvez de melhor. Alimentado pelo nosso coração, mas que é a nossa mente, a nossa cabeça. Saber raciocinar, enfrentar momento difícil, turbulento. Saber reagir inteligentemente, não cair no jogo do inimigo, não ceder à provocações. Tudo isso acontece em um momento político turbulento no qual a gente sofreu muito, mas aprendeu muito também.

Você retratou em livro dois personagens bastante controversos desse tempo da ditadura, que são o Fleury e o Cabo Anselmo. Conta um pouco sobre como foi sua decisão de escrever esses livros, como eles foram feitos e a repercussão deles.

O do [Sérgio] Fleury, "Autópsia do Medo", eu resolvi fazer porque eu tinha uma intuição de que seria necessário escrever esse livro. Fiquei acompanhando tudo o que saía sobre o período da ditadura militar. Tudo. Sempre achava falta de muita coisa, como se houvesse um certo receio em abordar determinados assuntos. Até esse aqui começou *en passant* pelas divisões ideológicas marcantes dentro da redação. Não sei porque evitar essas coisas. Então leva o título "Autópsia do Medo" por causa disso. Há medo da tortura; há medo da perseguição; da repressão e há medo muitas vezes até de contar o que aconteceu. Por exemplo, ninguém gosta de contar como foi torturado. Tem gente que nem consegue contar. Que é sinistro. E eu percebi que por ter vivido o período; por ter bastante informação sobre essa fase político-institucional; até saber de pessoas que tinham pedaços importantes da história com elas mesmas, então eu resolvi fazer. Eu sempre guardei alguma coisa por essa intuição que eu disse, fiz uma relação de gente que teria algo importante a dizer. Gente nem sempre conhecida, que embora importante dentro do porão ou fora do porão. Essa lista deu 117 nomes e eu ouvi, pacientemente, um por um. Comecei a fazer quando me julguei em condições a colocar no papel tudo isso. Então tem vários personagens importantes nunca mencionados antes. Por exemplo, o coveiro da repressão. Eu revelo quem é, um delegado do DOPS, no livro "Autópsia do Medo". Quem era, como ele era, as características dele, o jeito dele. E outra personagem muito forte era a amante do delegado Fleury. Uma advogada, irmã de um militante de esquerda de vida profundamente significativa no nosso país, um colega nosso. Isso foi paradoxal. Essa mulher, irmã de um colega de esquerda era amante do Fleury. Isso foi uma bomba de muitos megatons. Teve gente até que não gostou dessa revelação. Como, para quem se propõe a fazer história, houvesse um limite de restrições da história, como se a verdade não fosse revolucionária. Como já disse o [Josef] Stalin. Eu não. O meu compromisso é com a história. Então revelei essa história. E, curiosamente, assim como eu tinha a intuição de que um dia eu faria esse livro, ela, a amante, tinha a intuição de que eu iria procurá-la também, algum dia. E ela guardou em um cofre de banco, no Bradesco, um envelope que estava escrito: "Para ser entregue a Percival de Souza após a minha morte". Como a procurei antes, ela me passou esse material, que continha cartas de amor do Fleury para ela. Cartas candentes, adolescentes. Apaixonadas. Independentemente do antagonismo entre Fleury e Leonora, a história de amor foi profunda. Para muitos seria mais cômodo não falar nada. Até houve uma crítica em uma revista especializada dizendo que essa história dizendo que essa história não valia mais do que quatro linhas. Quatro linhas. Os coleguinhas entendem muito de jornalismo, história e literatura. Entendem muito. O que eu vou fazer diante de uma crítica dessas? Simplesmente ignorar. Essa

crítica é literalmente imbecil. O importante foi isto, reconstituir estes fatos, tem histórias, revelações, denúncias. O meu livro tem fatos até então ignorados. Ouvi muita gente dos dois lados, tanto vítimas da repressão como agentes da repressão. Um deles, aliás, um militante do porão da rua Tutoia, depois que eu terminei as minhas entrevistas, ele começou a me xingar. Eu fiquei surpreso. A coisa mais suave que ele me chamou foi de “filho da p...”. “Mas o que houve?”; “Você tirou de dentro de mim coisas que nem a minha terapeuta conseguiu”. Aí eu entendi o “filho da p...” como um grande elogio, como uma demonstração de capacidade profissional, aí foi bom. Esse livro foi muito bem recebido, teve três edições, mais de 30 mil exemplares, reconhecimento acadêmico, muito citado na série do Elio Gaspari, fui a universidade. Então foi um livro que cumpriu e acho que ainda cumpre o seu papel. O Cabo Anselmo, ele surge, curiosamente, durante a fase de coleta de dados para o livro do Fleury. Porque o Anselmo [José Anselmo dos Santos] foi uma cria do Fleury. Quem é Anselmo? Um militante de esquerda, a esquerda armada, revolucionária; curso em Argélia; em Cuba; que é preso e o Fleury o converte em um agente da repressão, que leva muitos militantes à prisão ou à morte. Inclusive a própria companheira dele, grávida dele mesmo, nas proximidades do Recife. Eu tiro disso uma grande lição para os colegas do presente e do futuro, que é a seguinte: tem um provérbio chinês que ensina que brigar contra os fatos é inútil. No livro do Fleury, entre vários personagens, tem um que é o coronel Antônio Erasmo Dias, que foi secretário de Segurança Pública de São Paulo e fazia uma íntima conexão com o DOI-CODI. Ele era secretário de Segurança quando morreram Vlado, Manuel Fiel Filho; morreram outras pessoas no DOI-CODI. É o invasor da PUC. Mas, entre outras coisas, teve como prisioneiros políticos no Forte de Itaipu, em Santos, que ele comandou, muitos prisioneiros políticos. Entre eles o José Dirceu, que ele punha às seis horas da manhã em posição de sentido para cantar o Hino Nacional e comandou o cerco ao Capitão Carlos Lamarca no Vale do Ribeira. Aí eu pergunto: eu, como jornalista e eventualmente historiador, tenho o direito de ignorar a existência desse personagem. Porque é antipático; porque eu não gosto dele? Porque ele invadiu a PUC? É óbvio que não. Tanto que eu consegui um depoimento fortíssimo que está no livro e após, com o material na mão, eu pensei comigo mesmo: “Eu estou com uma pepita histórica na minha mão”. Mas, tranquilamente, alguém poderia ter feito isso antes. Nós não temos direito a idiosincrasias. Isso é uma bobagem. Então, como eu dizia, o Anselmo eu percebo que ele estava por aí – eu o imaginava ou morto ou fora do país. Eu percebo, com esses personagens de porão, que ele estava por aqui. Então eu interrompi ao projeto Fleury e me dediquei ao Anselmo, embora esses personagens se fundissem. Consegui localizá-lo, o que não foi tarefa

fácil, muitos contatos preliminares, obedecer normas de segurança, o convencimento, exatamente o que eu ia fazer, o que eu pretendia. Tive que fazer um périplo nacional que incluiu Sergipe, Pernambuco, lugares de São Paulo, Rio de Janeiro para montar a história do Cabo Anselmo. Um importante personagem, porque a revolta dos marinheiros em 1964, o que motiva aquilo que os militares interpretaram como quebra da hierarquia e da disciplina militares. Ele é um elemento desencadeador do golpe. Até porque ele era presidente das Associações dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. E o depoimento dele foi muito forte. Eu fiquei praticamente 20 dias direto com ele. Uma coisa é você ouvir uma pessoa formalmente por algum tempo. Outra é você viajar com ela, se hospedar no mesmo hotel, comer junto; café da manhã; almoço; jantar; andar pela praia; a cidade da infância dele; encontrar com parentes, amigos; senti-lo; tudo isso foram técnicas utilizadas para o livro do Anselmo. Que igualmente foi bem recebido, o *Autópsia do Medo* contém algumas coisas nesse sentido, mas eu fiquei satisfeito e hoje, em 2008, eu carrego um peso que é o seguinte: o único jornalista brasileiro, que sabe a real identidade do Anselmo, sou eu. Tinha um que sabia antes de mim, o Otávio Ribeiro, que não está mais entre nós. Falou com ele. Eu soube como e conto no livro. Encontro agendado pelo Romeu Tuma que até então era do DOPS e era exatamente do serviço de informações, o serviço secreto, dois dias, duas horas; diferente do meu caso quase 20 dias. Muita gente já procurou saber de mim qual é a identidade dele. Ele fez uma plástica, tem um documento novo, falso. Ele é uma outra pessoa. Mas eu assumi um compromisso ético de não revelar isso. Aliás foi uma condição *sine qua non*, porque eu respeitei e respeito, ou seja, eu não traio as minhas fontes. Eu quero que essas fontes acreditem em mim. Nas pesquisas do Fleury e do Anselmo, muitas vezes quando eu procurava alguém, já me diziam: eu sabia que você estava fuçando esse assunto aí, que você acabaria chegando até mim. Esse personagem que me xingou, que convocou a plenário a minha santa mãe, ele, na verdade, se abriu. Uma relação de confiança. Tem *on*, tem *off*, mas eu consegui entrar profundamente nos porões, nos mecanismos da repressão e nos mecanismos das vítimas. A ponto de ser um fac-símile no livro que é uma militante que teve abrigada na casa de uma outra militante em São Paulo e fez um desenho que era uma margarida murchando, algo assim, profético, talvez. Ela seria dizimada no nordeste, nesse cerco com base nas informações fornecidas pelo Anselmo. Então é isso aí, o trabalho é linear. Contar o que aconteceu com a maior objetividade possível. Eu não peguei nenhuma bandeirola ideológica de partido, sigla ou ideologia, que eu acho que é a morte do jornalista ficar com essa bandeira aqui. Está morto, enterrado e cremado. "Isso, agita a sua bandeira aí". Isso não existe para um jornalista. Não estou para agradar nem para desagradar.. tem

várias biografias que muita gente gostaria de fazer. Tanto com as fontes do Fleury, quanto do Anselmo, eu sabia que muitos historiadores, muitos colegas, muitos escritores gostariam de estar no meu lugar. No livro do Fleury, eu confesso aqui, eu só tive uma frustração. Eu gostaria muito de ter talento, engenho e arte – que eu não tenho – para contar a vida do Fleury em primeira pessoa do singular. Aquele estilo da Marguerite Yourcenar em “Memória do Adriano”. Gostaria muito de fazer daquele jeito, mas eu sei quais são os meus limites. Ainda não cheguei a este ponto, então fiz da melhor maneira que eu consegui fazer. Se eu pudesse fazer na primeira pessoa do singular, gostaria muito, mas acho que ainda tenho muito chão para caminhar para chegar a este ponto.

Vamos dar um pulo no tempo. Eu queria que você falasse de um outro livro mais recente, que foi sobre o caso do Tim Lopes. Por que você fez esse livro?

Esse livro, para mim, é catártico. Para mim ele é vingador. O espírito de Euclides da Cunha no livro “Os Sertões”. Porque se juntaram a minha amizade com o Tim, a minha dor profunda pelo acontecido, a percepção de que essa história ainda não estava bem contada e sem ser cabotino ou pernóstico, que pela teia do destino talvez coubesse a mim fazer isso. Então resolvi fazer. Larguei tudo para me dedicar este livro. Fiz em seis meses. Coleta de dados, ir para pontos vitais do Rio de Janeiro, amarrá-lo com crime organizado, jornalismo investigativo e contar o que houve. Contar o que houve foi doloroso, porque eu precisava ambientar esse livro, precisava estar no cenário do crime. Então, como os traficantes impediram a subida dos jornalistas, inclusive com um ato *in Memoriam* que se pretendia fazer quando o corpo foi finalmente identificado através de uma pequena costela no exame de DNA, 33 dias após a sua morte. Então eu sabia que precisava ambientar, dei um jeito de chegar ao local e senti aquela atmosfera pesada. Eu pisei no local onde ele foi sacrificado. Eu vi aquele cenário que eu descrevo. Aros de pneus; pneus queimados. O “Microondas”, um buraco nas pedras onde os corpos são cremados. Eram e continuam sendo cremados. Lá, na Vila Cruzeiro. E, quando você está num lugar assim, percebendo que muitas vezes o que resta de pneus são aqueles aros; quando você vê aqueles aros brilhando, percebendo que cada aro daquele significa um assassinato. Um corpo carbonizado; e você fica imaginando o seu amigo ali. O peito aberto com uma adaga. Queimado. Um bandido acendendo um cigarro nas cinzas do Tim, tragando profundamente como algo saboroso. Você chora, como eu chorei muito. Um momento muito sinistro, muito difícil. Eu pedi a Deus para me dar forças para suportá-lo e inspiração para traduzir aquilo em palavras. Espero ter conseguido. É um livro emocional. Um livro emocionado. É como uma homenagem

póstuma ao meu amigo. É curioso, quase ninguém sabia que o nome do Tim era Arcanjo. Era o nome dele. Arcanjo. Corte Celeste. E quem comanda esse assassinato... Tem o Arcanjo na Bíblia e tem o Elias, também. Outro personagem do antigo testamento. Só que o Elias do Arcanjo era o Elias Maluco. Também tinha um na hora ali, André Capeta. Aliás eu me lembro que um estudante de jornalismo leu isso e mandou um e-mail malcriado dizendo que – porque eu contei essa história no programa do Jô Soares, que dedicou uma entrevista acho que com emoção, dois blocos – e alguém mandou um e-mail dizendo que eu era um ficcionista, que se eu não estava lá, como eu podia contar que alguém chegou com o cigarro e acendeu esse cigarro nas brasas do Tim? Eu não estava lá. Futuro colega, né? Que coisa lamentável. Para gente que eventualmente pense assim, evidentemente, seguindo o *know-how* que eu usei, que é o fato de que todos participantes do assassinato foram presos. Todos. O último foi o Elias Maluco. E é bom que a gente saiba que em uma prisão muito esperada, de grande significado, há uma diferença no tempo entre a captura da prisão e a formalização de um depoimento na polícia. É como se os policiais fizessem uma prévia, uma sinopse, para depois reduzir a termo no papel. E aí se fala muita coisa e, nem sempre, todas essas coisas estão nos autos, elas forma contadas. Eu reuni todos os policiais que participaram do interrogatório do bando todo do Elias Maluco. Um por um. Inclusive relatando aquelas coisas que não estão formalmente nos autos porque não foram consideradas interessante. E um desses detalhes, esse do cigarro. Eu não sou ficcionista, mas é possível reconstituir fatos indiretamente. É possível reconstituir fatos de maneira oral. Nem tudo é documento escondido em uma gaveta que vai ser aberta não sei lá quando. A história oral é muito importante. Então talvez isto, o futuro colega, que a esta altura já é colega, tenha aprendido.

A morte do Tim levanta toda uma discussão sobre os procedimentos dos jornalistas. Você e o Tim são jornalistas extremamente experientes nessa área e você, inclusive, quando foi fazer esse livro usou dos seus meios também, como entrar escondido na comunidade dentro de carro... Efetivamente, qual é sua avaliação sobre os procedimentos nesse tipo de cobertura e sua avaliação sobre os procedimentos do Tim nesse caso?

Eu estou convencido de que a sua pergunta, para ser respondida, nós temos que dividir o tempo entre antes do Tim e depois do Tim. Porque o episódio foi muito marcante e essas coisas de segurança nunca foram encaradas com maior seriedade dentro das redações. Então, no caso Tim, por exemplo, ele tomou uns cuidados, precauções que ele considerou suficientes. Quando ele é capturado ele está lá de bermuda, camisa florida, sem telefone celular, sem agenda, sem documentos, sem

nada. Com carro alugado. Um carro simples, um Fiat Mille, um carro acima de suspeitas. Ele foi lá uma vez, duas vezes e era perfeccionista. Talvez a maioria de nós achássemos suficiente o material que tivéssemos em mãos, como ele tinha. Ele achou que precisava voltar. Só mesmo o Tim, em um domingo a noite, subir no morro para fechar uma matéria. Isso é que é ser apaixonado por uma matéria. Eu repito: domingo a noite, quando a maioria não quer nada com a voz do Brasil. Ele deixa a família e vai lá para o morro. E não volta. O motorista tinha marcado um encontro com ele no máximo até duas horas após um horário pré-determinado. Ele não apareceu, o motorista esperou, então de madrugada ele estava na redação da *TV Globo*, dizendo que ele tinha marcado um encontro com o Tim e que ele tinha sumido, não tinha aparecido. Ninguém sabia o que o Tim estava fazendo no morro. Ninguém tinha a menor idéia. Tanto que uma queixa formal de desaparecimento só foi registrada no dia seguinte, às 14h na delegacia da Penha. O que quer dizer isso? Que isso era o estilo Tim. Quanto menos pessoas souberem o que eu estou fazendo, melhor. Inclusive dentro das redações. Tem coleguinhas muito indiscretos, tem coleguinhas que na madrugada não resistem a um bafômetro. Falam demais. Esquecem documentos em cima da mesa, muitas vezes documentos reservados, como já tomei conhecimento de vários casos. São linguarudos. Você, fazendo uma reportagem de investigação, precisa tomar todos esses cuidados.

E o que aconteceu de errado com o Tim?

Por tudo o que eu vi, que eu procurei apurar, eu acho que ele foi traído por uma fonte. Que eu não faço a menor idéia de quem teria sido. Mas que ele foi traído, foi. Essa história de que ele estava com uma microcamera com uma luzinha vermelha, não houve nada disso. Isso é uma lenda que circula por aí. Não houve nada disso. Quem pega um Uno Mille alugado, está de bermuda; sandália; camiseta florida e sem documento; sem telefone celular não vai dar bandeira com uma luzinha vermelha lá, convenhamos. Tem gente que fala um monte de besteira e repete isso à exaustão que muitos até acham que seja verdade. Isso é ridículo, não vou ouvir isso aí. Já foram direto nele. Deram um bote, de repente. Meteram ele no porta mala de um carro e levaram lá para presença no tribunal da morte. Foi o que aconteceu. Agora, quem foi? Gostaria muito de saber, mas não sei. Mas que ele foi traído por alguém, foi. As normas de segurança dele eram aparentemente impecáveis. Houve alguma coisa de errado. Não sei. O curioso é que nessa apuração uma coisa que eu acho que ninguém mais fez, foi conversar com esse motorista. Falando aqui parece o óbvio. Mas tem jornalista que não conhece o óbvio, nem o ululante. Olhei o inquérito, não é óbvio? A maioria não leu. 600 paginas, uma trolha, saco. Não lê. Então, o motorista chegou a comentar que fez

algumas ponderações para o Tim Lopes: “Esse cara aí que você anda, um cara mal encarado, esquisito, você põe fé nele?”; “Deixa comigo”. Não sei o que significa essa observação, eu não vi a pessoa. As teorias de [Cesare] Lombroso não fascinam mais. Lombroso, segundo o Gabriel Tarde, um criminólogo que diz que ele foi como o café: excitou todo mundo, mas não nutriu ninguém. Mas o fato é que houve uma traição.

Recentemente, lá no Rio, houve o caso dos repórteres d’*O Dia*, na favela do Batã, e aí levantou a questão da posição da chefia do jornal. Isto é, a posição do jornal, da responsabilidade dos jornais na construção das matérias. Essa cobertura de violência dá audiência, vende jornal. Qual é a sua visão – hoje você está em uma grande emissora – de como as chefias lidam com essa matéria que dá audiência e que vende jornal?

Para uma matéria deste tipo, como esta feita pelos colegas de *O Dia*, que, aliás, tem feitos matérias muito boas. Matérias incríveis. Não é por acaso que eles tem prêmio Esso de jornalismo. Eu acho importante até detalhar isso em alguns aspectos. Não existe, no cotidiano de uma redação, você, por exemplo, planejar a elaboração de uma matéria como esta e distribuir, burocraticamente, uma pauta. “Olha, seu assunto hoje é este aqui”. Isso não existe. Para fazer essa matéria você tem que ter gente com perfil da matéria. O repórter e o fotógrafo. Ou a repórter e a fotógrafa. Mas você precisa saber quem vai lá porque essa dupla que vai lá, precisa saber conviver, transitar, circular sem chamar atenção, ser discreta. É uma série de ingredientes. Você não deve chamar atenção e conviver, como eles conviveram ali, por um bom tempo sem suspeitas até serem, evidentemente, descobertos, porque, assim como aconteceu com o Tim, há certos tipos de segredo que é difícil você manter em um lugar desse tipo. É como na prisão, você chegar lá e ninguém sabe que você é jornalista. Isso pode ser possível por um certo período. Muito tempo não. Não tem como, cadeia não tem segredo. Então em uma comunidade deste tipo, a mesma coisa. No livro sobre o Tim eu descrevo um cenário na redação de *O Globo*, que eu fui assistir em um horário não convencional. Fui como um observador e eu vi que, na redação, tinha um encanto com um colete disponível, um colete a prova de balas. E eu percebia que aquele colete chamava atenção dos colegas. De vez em quando eu via; ia uma menina lá, pegava o colete, percebia “Ela esta sentindo o peso”. Pesado, uns 5kg. Põe assim. É feio, não é elegante. Não combina com seu sapato de salto. É bom ser detalhista, tem que ver isso. Os colegas a mesma coisa. Tira o paletó, põe. O paletó em cima do colete não encaixa legal. E eu via isso, era como se fosse um vestuário, no meio da redação. Em uma nova realidade diante da qual você, o repórter avalia se você vai passar

eventualmente por uma situação que exija estar equipado com aquele colete lá. É difícil, mas você avalia. Então, desde esse episódio, ir ao Sindicato dos Jornalistas no município do Rio de Janeiro, promover um debate muito forte após a morte do Tim, eu estive nesse debate e eu escrevi no livro "Narcoditadura" que embora eu seja um jurássico de redação, já vi muita coisa na vida. Mas pela primeira vez na minha vida eu vi, em um mesmo ambiente; um mesmo espaço; discutindo a situação da classe, gente de direção, editorialistas, editores chefes, repórteres especiais, todos lá. Porque o dia da redação é diferente. Inclusive tem alguns aquários, aquelas salas isoladas com um vidro, que muitas vezes são impenetráveis. Tem editor que não olha nem na cara do repórter. Interessante, não é? "A reportagem é alma do jornalismo!". É ou não é? Mas só que muitas vezes o repórter é tratado dentro da redação como um ser de terceira categoria e, de repente, o caso Tim sensibiliza a todos. Então vem de tudo ali. Repito: diretor de jornalismo, editorialista, editor, todo mundo lá. Nunca mais vi isso, nem antes, nem depois, em lugar nenhum. Até porque os colegas estavam assustados. Eu conto no livro que o impacto da morte do Tim foi tanto que, parar ir em alguns locais perigosos como, por exemplo, Complexo da Maré, Complexo do Alemão, os colegas iam em comboio. Em tese, mais seguro. Aquela fila de carros da imprensa. E os traficantes então punham gente deles em lugares estratégicos para ficar berrando para os repórteres ouvirem: "Vai ter mais Tim! Vai ter mais Tim! Vai morrer mais repórter! Vai morrer mais jornalista! Vamos acabar com vocês!". Então não adianta ficar discutindo isso numa sala de ar condicionado sem conhecer a realidade. Então eu sou meio brechtiano "a realidade só se muda através da própria realidade". Ou meio [José] Saramago: "A utopia nunca conquistou nada. As grandes mudanças da humanidade foram obtidas pelas necessidades e não pela utopia", como ele disse lá no Fórum Social de Porto Alegre. E é para a gente pensar nessas coisas. Então vamos ver qual é a realidade, qual é o limite, quais os procedimentos e a preparação para fazer certos tipos de reportagem. Ou seja, você cobrir o morro como habitante e ficar lá no barraco não é a mesma coisa que você fazer a cobertura do Fla x Flu no maracanã. É outra coisa, é completamente diferente. É outra história. Você precisa ter consciência disso. Tem gente que diz que jornalismo investigativo seria redundância, que todo jornalismo é investigativo. Ah, tá. É tudo igual. Buraco de rua e crime organizado é a mesma coisa. Fazer um casamento de uma socialite é a mesma coisa que uma matéria de denúncia. Pelo amor de Deus! Isso é grotesco. Agora, eu diria o seguinte: eu não sei por quê, nós não aproveitamos o momento – embora o que eu vou dizer não tenha nada a ver com esse momento -, mas nós precisamos ter – e isso é um desafio também para a universidade, além das redações – é uma desafio para a academia. Eu não gosto de

acadêmico que fugiu da academia. E está assim ó! Desconectado com o primado do real. Nós precisamos, simplesmente, na redação e fora delas, como se faz reportagem. Técnicas de reportagem. A grande reportagem. A matéria especial. O procedimento em determinado lugar, em determinada situação. Por que eu estou falando isso? Porque se você estiver num lugar delicado, nevrálgico, perigoso, não vai adiantar você pegar seu celular e ligar para o editor chefe: "E agora chefe? Eu estou aqui em tal lugar, eu atravesso ou fico por aqui?" "Meu filho, quem decide isso é você! Você quer que alguém na redação vá decidir isso no seu lugar? Quem conhece o lugar? Quem viu? Quem pode avaliar a situação? É você! Se você não sabe fazer isso, meu filho, deveria saber". Por que eu estou falando isso? Porque há momentos em que você pode avançar. Há momentos que é muito interessante você ficar onde está. Há momentos que exigem que você recue um pouco. Você precisa saber dessas coisas. A pauta não é uma coisa exotérica, fria que está lá no além, no Olimpo. Você precisa saber o que faz. Mas há uma deficiência nisso. Talvez fosse o caso de termos, inclusive, uma disciplina que tratasse especificamente da reportagem. Quem são os nossos grandes repórteres? O que eles fizeram? O que eles fazem? Onde eles estão? Qual a história de grandes matérias? Por que não transformamos isso em algo didático ou pedagógico? Por que não? É um desafio para as redações e a para as universidades.